RELATÓRIO DE CUBA

Em virtude da resolução 72/4 da Assembleia-Geral das Nações Unidas, titulada "Necessidade de pôr término ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba"

Junho de 2018

Conteúdo

Introdução 1

1. Continuidade da política de bloqueio 4

1.1 Novas medidas de recrudescimento do bloqueio pelo actual governo dos Estados Unidos da América: 4

1.2 Vigência das Leis do bloqueio: 7

1.3 Principais acções de bloqueio aplicadas entre Junho de 2017 e Março de 2018: 10

2. O bloqueio viola os direitos do povo cubano: Afectações aos sectores de maior impacto social 12

2.1 Direito à saúde e à alimentação: 12

2.2 Direito à educação, ao desporto e à cultura: 18

3. Direito ao Desenvolvimento. 24

4. Afectações ao sector externo da economia cubana 33

4.1 Afectações ao Comércio Externo: 33

4.2 Afectações às Finanças: 36

5. O bloqueio viola o direito internacional. Aplicação extraterritorial 40

5.1 Afectações ao sector bancário e financeiro (Alguns exemplos): 41

5.2 Afectações a entidades cubanas (Alguns exemplos): 43

5.3 Outras Afectações Extraterritoriais (Alguns exemplos): 44

6. Rejeição universal ao bloqueio 46

6.1 Oposição nos Estados Unidos: 46

6.2 Oposição da comunidade internacional: 48

Conclusões 56

Introdução

O bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelo governo dos Estados Unidos da América contra Cuba por quase seis décadas, é o sistema de sanções unilaterais mais injusto, severo e prolongado que foi aplicado contra país algum. Desde Abril de 2017 até Março de 2018, período que abrange o presente relatório, a política de bloqueio tem-se recrudescido e continua a ser aplicada com todo o rigor.

O governo dos Estados Unidos (E.U.A.) impôs um sério retrocesso às relações bilaterais com Cuba a partir da assinatura pelo presidente Donald Trump do "Memorando Presidencial de Segurança Nacional sobre o Fortalecimento da Política dos E.U.A. para com Cuba", no dia 16 de Junho de 2017, que referendou entre os seus objectivos o endurecimento do bloqueio contra a Ilha. Em Novembro desse próprio ano, os Departamentos do Comércio, do Tesouro e do Estado desse país emitiram novas regulações e disposições para dar cumprimento ao referido Memorando.

As medidas aplicadas restringiram ainda mais o direito dos estadunidenses de viajarem ao nosso país e impuseram travas adicionais às limitadas oportunidades do sector empresarial dos Estados Unidos em Cuba, ao estabelecer uma lista de 179 entidades cubanas com as quais as instituições e pessoas naturais ou jurídicas estadunidenses têm proibido realizar transacções.

As novas sanções contra Cuba têm provocado uma diminuição sensível nas visitas provenientes dos E.U.A. e têm ocasionado maiores obstáculos às relações económicas e comerciais de empresas cubanas com potenciais parceiros estadunidenses e de terceiros países. Estas medidas não apenas afectam a economia estatal cubana, mas também ao sector não estatal do país.

O fortalecimento da aplicação extraterritorial do bloqueio tem sido outra das manifestações distintivas do endurecimento desta política, com

marcada incidência nas relações financeiras e creditícias internacionais de Cuba.

Nos últimos meses se intensificou a perseguição permanente às transacções financeiras cubanas e às operações bancárias e creditícias com Cuba a escala global. Isto tem causado graves danos à economia do país, em particular, às actividades comerciais das empresas e os bancos nacionais nos seus vínculos com a banca internacional.

O recrudescimento do bloqueio a Cuba tem estado acompanhado de uma retórica agressiva, ameaçadora, irrespeitosa e de condicionamentos desde os mais altos níveis do governo estadunidense, o que provoca maior desconfiança e incerteza nas instituições financeiras, empresas e fornecedores estadunidenses devido ao temor real de serem penalizados por se relacionarem com Cuba.

O bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos contra Cuba constitui o principal obstáculo para o desenvolvimento de todas as potencialidades da economia cubana. Representa um travão para a implementação tanto do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social do país, como da Agenda 2030 e seus Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. É o principal entrave para o desenvolvimento das relações económicas, comerciais e financeiras de Cuba com os Estados Unidos da América e, pelo seu carácter extraterritorial, com o resto do mundo.

Os danos acumulados pelo bloqueio durante quase seis décadas de aplicação atingem a cifra de **933 mil 678 milhões dólares** levando em conta a depreciação do dólar face ao valor do ouro no mercado internacional. A preços correntes, o bloqueio tem provocado prejuízos quantificáveis por mais de **134 mil 499 milhões 800 mil dólares**.

No período em que se enquadra este relatório, o bloqueio tem causado perdas a Cuba na ordem dos **4 mil 321 milhões 200 mil dólares**.

Esta política de agressão económica, junto da promoção da subversão interna, corroboram o objectivo do governo estadunidense de destruir o

sistema económico, político e social livremente escolhido pelo povo cubano.

O bloqueio constitui uma violação massiva, flagrante e sistemática dos direitos humanos de todo o povo cubano e qualifica como acto de genocídio, tendo em conta a Convenção para a Prevenção e Sanção do Delito de Genocídio de 1948. É transgressor da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, e constitui um obstáculo para a cooperação internacional.

Impõe-se que os Estados Unidos cumpram com as 26 resoluções adoptadas pela comunidade internacional no âmbito da Assembleia-Geral das Nações Unidas e ponham fim, sem condicionamento algum, a sua política de bloqueio.

1. Continuidade da política de bloqueio

1.1 Novas medidas de recrudescimento do bloqueio pelo actual governo dos Estados Unidos da América:

A chegada à presidência de Donald Trump representou o início de um processo de retrocesso das relações bilaterais e de recrudescimento do bloqueio contra Cuba. As modificações às normativas sobre a aplicação do bloqueio, implementadas por Barack Obama e a sua postura em favor da eliminação desta política, foram revertidas de forma drástica pelo actual governo. As decisões de Donald Trump, precedidas por mensagens e declarações negativas durante a sua campanha eleitoral, determinaram um processo de revisão completa da política para com Cuba, ordenado pelo Executivo em Fevereiro de 2017.

Em 16 de Junho de 2017, o presidente Donald Trump assinou em Miami o "*Memorando Presidencial de Segurança Nacional sobre o Fortalecimento da Política dos Estados Unidos para com Cuba*", que derrogou a directiva emitida pelo presidente Barack Obama em 14 de Outubro de 2016, titulada "*Normalização das relações entre os Estados Unidos e Cuba*". Como resultado, ocorreu uma mudança notável na política estadunidense para com Cuba, com um carácter marcadamente negativo. Os Estados Unidos retomaram a estratégia de recrudescimento do bloqueio e a subversão contra Cuba.

Em 8 de Novembro de 2017, os Departamentos do Comércio, do Tesouro e do Estado dos E.U.A., emitiram novas regulações e disposições, em cumprimento do estabelecido no Memorando Presidencial de 16 de Junho. Foram impostas restrições para as viagens sob a categoria "povo a povo", uma das excepções mais utilizadas pelos estadunidenses para visitar Cuba, para além de limitações que foram adicionadas às viagens educacionais. O anterior tem incidido durante 2018 na diminuição dos viageiros desse país, incluindo as visitas de instituições académicas e de milhares de estudantes universitários.

Estas disposições legais constituem uma afectação adicional à economia cubana, incluindo a actividade de dezenas de milhares de trabalhadores e famílias que se dedicam em Cuba ao trabalho autônomo.

Na mesma data, o Departamento de Estado emitiu uma "*Lista Restringida de Entidades e Dependências Cubanas*", em que foram incluídas 179 empresas. O objectivo desta medida é continuar entorpecendo as relações económicas e comerciais das empresas cubanas com potenciais parceiros estadunidenses e de terceiros países. Os seus propósitos também se encaminham a limitar as oportunidades do sistema empresarial cubano com o resto do mundo, visto que muitas contrapartes estrangeiras têm interpretado que não podem concretizar negócios ou continuar a operar com as empresas incluídas na lista. O impacto extraterritorial tem sido considerável durante 2018, visto que se tem provocado confusão com a Lista de Nacionais Especialmente Designados do Escritório de Controlo de Activos Estrangeiros.

Numerosas empresas de terceiros países que são tradicionais exportadores de produtos e materiais essenciais para a economia cubana, estão recusando agir como fornecedores ou estão encontrando dificuldades adicionais para assegurar o financiamento que apoie as exportações para Cuba. O custo deste efeito extraterritorial é de dezenas de milhões de dólares e se traduz em atrasos de fornecimentos, carência de matérias-primas e severos danos à produção fabril do país.

O efeito extraterritorial de ambos os procedimentos discriminatórios continuará a afectar o desenvolvimento económico de Cuba e as oportunidades das suas companhias, incrementando o temor da comunidade empresarial internacional a estabelecer vínculos e negócios com a Ilha.

O retrocesso nos vínculos bilaterais e o recrudescimento do bloqueio estadunidense têm intensificado a perseguição às transacções financeiras cubanas a escala global. O anterior tem prejudicado com extrema dureza a economia cubana, em particular as actividades

comerciais das empresas e os vínculos dos bancos cubanos com os internacionais. Durante 2018, dezenas de bancos em todas as regiões do mundo decidiram encerrar as suas relações com empresas cubanas ou estrangeiras, para eliminar qualquer vínculo da sua actividade com Cuba, inclusive operações relacionadas com cidadãos cubanos só pelo facto de ter essa nacionalidade.

Outro grupo de bancos e instituições em Europa, América Latina, África e Ásia, têm imposto condições e obstáculos para seguir operando com empresas e embaixadas cubanas que têm sido os seus clientes durante anos. Dentre as principais afectações registadas devido a este efeito intimidatório se encontram: a proibição de transferências de fundos em dólares estadunidenses ou outras moedas livremente conversíveis; o cancelamento de contas de embaixadas e empresas com interesses cubanos no exterior, bem como de serviços financeiros para negócios relacionados com Cuba e a denegação da outorga de facilidades creditícias ou a tramitação de cartas de crédito. O cerco financeiro contra Cuba se tem recrudescido. Isso é resultado dos mecanismos de vigilância e fiscalização impostos pelos E.U.A. sobre a actividade bancária internacional e consequência directa das multas milionárias que têm sido impostas contra bancos estrangeiros nos últimos anos.

A política de acosso económico e financeiro do presidente Trump procura satisfazer os seus compromissos políticos com a extrema-direita anti cubana da Flórida e ignora o apoio maioritário da opinião pública dos E.U.A., da comunidade internacional e da emigração cubana nessa nação, em favor do levantamento do bloqueio e da normalização das relações entre os dois países.

Por ocasião de sintomas de saúde informados por um grupo de diplomatas da Embaixada dos Estados Unidos em Cuba, o governo estadunidense adoptou a medida injustificada de declarar uma alerta de viagem que recomenda a visitantes potenciais reconsiderar a intenção de viajar a Cuba. O efeito dessa medida tem provocado uma diminuição significativa de visitantes dos E.U.A., inibidos de viajar, entre outras

razões, porque as agências de seguros assumem com seriedade os alertas de viagens.

A aplicação desta medida impacta negativamente sobre o emergente sector não estatal, que tinha ao mercado de visitantes estadunidenses como a sua principal fonte de clientes, rendimentos e desenvolvimento. Esta medida do governo estadunidense foi imposta sem evidência alguma de dano real às pessoas associadas a Cuba e sem que nenhum dos cinco milhões de visitantes ao ano tenha comunicado sintomas de tipo algum.

Fazendo uso do mesmo pretexto, o governo desse país exigiu unilateralmente e sem justificação alguma a retirada de uma cifra importante de funcionários diplomáticos cubanos da Embaixada em Washington. Dentre eles esteve o pessoal do escritório económico-comercial, encarregado de explorar as oportunidades e vias de intercâmbio comercial dentro do marco extremadamente estreito de licenças e excepções ao bloqueio dispostas pelo governo estadunidense. O impacto é um golpe adicional ao limitado intercâmbio comercial bilateral.

1.2 Vigência das Leis do bloqueio:

As leis e regulações que sustentam o bloqueio se mantiveram vigentes e são aplicadas com todo o rigor pelas agências do governo desse país, especialmente pelos Departamentos do Tesouro e do Comércio e, em particular, pelo Escritório de Controlo dos Activos Estrangeiros (OFAC, pelas suas siglas em inglês).

As principais legislações e disposições administrativas que estabelecem e regem a política do bloqueio são:

- Lei de Comércio com o Inimigo de 1917 (TWEA, pelas suas siglas em inglês). A sua secção 5 (b) delegou no máximo chefe do Executivo a possibilidade de aplicar sanções económicas em tempo de guerra ou em qualquer outro período de emergência nacional e proibiu o

comércio com o inimigo ou aliados do inimigo durante conflitos bélicos. Em 1977, a Lei de Poderes Económicos de Emergência Internacional restringiu as faculdades do Presidente para impor novas sanções aludindo situações de emergência nacional. Contudo, a TWEA continuou a ser aplicada para Cuba, mesmo quando a Casa Branca nunca tem declarado uma emergência nacional com relação à Ilha. Desde então, os sucessivos presidentes estadunidenses têm adiado a aplicação da TWEA para Cuba. Ao abrigo desta legislação, a mais antiga do seu tipo, foram adoptadas as Regulações para o Controlo de Activos Cubanos (CACR, pelas suas siglas em inglês) em 1963, em virtude das quais se proibiu a nacionais estadunidenses ou pessoas sujeitas à jurisdição dos E.U.A. a realizarem transacções financeiras com Cuba, foram congelados os activos cubanos e foi proibida a importação de bens de origem cubana aos E.U.A., entre outras restrições. Cuba é o único país para o qual está vigente esta legislação. Em 8 de Setembro de 2017, o presidente Trump renovou por mais um ano as sanções contra Cuba em virtude da TWEA.

- Lei de Assistência Exterior (1961). Autorizou o Presidente dos E.U.A. a estabelecer e manter um “embargo” total ao comércio com Cuba e proibiu a outorga de qualquer ajuda ao governo cubano. Estabeleceu também, que os fundos do governo dos E.U.A. destinados à ajuda internacional e entregues aos organismos internacionais, não poderão ser utilizados para programas relacionados com Cuba. Proíbe conceder qualquer Assistência prevista sob esta lei ou qualquer outro benefício previsto em outra lei a Cuba, até que o Presidente determine que Cuba tem realizado acções encaminhadas a retornar a cidadãos e empresas estadunidenses não menos de 50% do valor ou uma justa compensação das propriedades nacionalizadas pelo governo cubano com posterioridade ao triunfo da Revolução.
- Proclama Presidencial 3447. Emitida em 3 de Fevereiro de 1962 pelo presidente John F. Kennedy, decretou o “embargo” total do comércio

entre os E.U.A. e Cuba, em cumprimento da secção 620 (a) da Lei de Assistência Exterior.

- Regulações para o Controlo de Activos Cubanos do Departamento do Tesouro (1963). Estipularam o congelamento de todos os activos cubanos nos E.U.A.; a proibição de todas as transacções financeiras e comerciais, a não ser que fossem aprovadas por uma licença; a proibição de exportações cubanas aos E.U.A.; a proibição, a qualquer pessoa natural ou jurídica dos E.U.A. ou terceiros países, de realizar transacções em dólares estadunidenses com Cuba; entre outros.
- Lei para a Administração das Exportações (1979). A Secção 2401 (b) (1) "Controlo da Segurança Nacional", "Política para determinados Estados", estabeleceu a Lista de Controlo do Comércio, mediante a qual o Presidente dos E.U.A. mantem um número de países aos que lhes poderão estabelecer controlos de exportação especiais por considerações de segurança nacional. Cuba está incluída nessa lista.
- Regulações para a Administração das Exportações (EAR pelas suas siglas em inglês, 1979). Estabelecem as bases dos controlos gerais para artigos e actividades sujeitas ao controlo das EAR, em correspondência com as sanções impostas pelo governo dos E.U.A. Estabelecem uma política geral de denegação para as exportações e reexportações a Cuba.
- Lei para a Democracia Cubana ou Lei Torricelli (1992). Proibiu às subsidiárias de companhias estadunidenses em terceiros países, comerciar bens com Cuba ou nacionais cubanos. Proibiu também aos navios de terceiros países que toquem porto cubano, entrar a território estadunidense em um prazo de 180 dias, salvo aqueles que tenham licença do Secretário do Tesouro.
- Lei para a Liberdade e a Solidariedade Democrática Cubanas ou Lei Helms-Burton (1996). Codificou as disposições do bloqueio, alargando o seu alcance extraterritorial, mediante a imposição de sanções a directivos de empresas estrangeiras que realizem transacções com

propriedades estadunidenses nacionalizadas em Cuba e a ameaça de demandas em tribunais dos E.U.A. (isto último não se tem aplicado). Outrossim, limitou as prerrogativas do Presidente para suspender o bloqueio, embora preservasse as suas faculdades para autorizar transacções com Cuba mediante a emissão de licenças.

- Secção 211 da Lei de Verbas Suplementares e de Emergência para o ano fiscal 1999. Proíbe o reconhecimento pelos tribunais estadunidenses dos direitos de empresas cubanas sobre marcas associadas a propriedades nacionalizadas.

- Lei de Reforma às Sanções Comerciais e Ampliação das Exportações (2000). Autorizou a exportação de produtos agrícolas a Cuba, condicionada ao pagamento em dinheiro por adiantado e sem financiamento dos E.U.A. Proibiu as viagens de estadunidenses com fins turísticos a Cuba, ao definir a "actividade turística" como qualquer actividade relacionada com viajar para, desde ou dentro de Cuba que não estivesse expressamente autorizada na secção 515.560 do Título 31 do Código de Regulações Federais. Isto é, limitou as viagens às 12 categorias autorizadas no momento em que foi promulgada a referida legislação.

1.3 Principais acções de bloqueio aplicadas entre Junho de 2017 e Março de 2018:

O bloqueio contra Cuba não apenas se manteve em vigor, mas também se fortaleceu, como o demonstram alguns exemplos de afectações ocasionadas por esta política a entidades cubanas e a terceiros. Entre elas destacam:

- No dia 8 de Setembro de 2017, o presidente dos E.U.A. Donald Trump, assinou um memorando dirigido aos Secretários de Estado e do Tesouro em que estendeu por 1 ano a aplicação das sanções económicas a Cuba sob o marco legal estabelecido na Lei de Comércio com o Inimigo de 1917.

- Em 9 de Novembro de 2017, o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América publicou uma lista que arbitrariamente inclui a 179 instituições cubanas dos mais diversos sectores da economia nacional, com as quais ficaram proibidas as transacções financeiras directas, o que impacta negativamente no desenvolvimento económico do país e provoca um efeito intimidatório nas empresas estadunidenses e de terceiros países que desejam estabelecer relações económicas, comerciais e bancárias com Cuba.

Alguns exemplos pontuais de aplicação desta política são:

- No dia 8 de Junho de 2017, a OFAC impôs uma multa contra a companhia American Honda Finance Corporation (AHFC) no valor de 87 mil 255 dólares, visto que uma das suas subsidiárias em Canadá, a Honda Canada Finance Inc., aprovou e financiou 13 acordos de aluguel de autos entre a Embaixada de Cuba em Canadá e uma concessionária de Honda em Ottawa, entre Fevereiro de 2011 e Março de 2014. No dia 30 de Março de 2015, essa mesma companhia já tinha rejeitado uma transferência da Embaixada por conceito da troca do conjunto de veículos que correspondia ser substituído pela firma.
- Em 26 de Junho de 2017, o Escritório de Controlo dos Activos Estrangeiros (OFAC) lhe impôs uma multa à companhia estadunidense American Internacional Group (AIG) no valor de 148 mil 698 dólares, devido à suposta violação do bloqueio contra Cuba. Segundo o texto da multa, entre 2007 e 2012, AIG se envolveu em 29 aparentes violações desta política, ao fornecer cobertura de seguro a vários envios de mercadorias para ou desde Cuba ou relacionados com uma entidade cubana.
- Em 18 de Agosto de 2017, soube-se que o banco neozelandês ASB Bank negou aos diplomatas cubanos a possibilidade de contar com cartões de crédito ou débito a título pessoal ou associados à conta

corporativa da Embaixada de Cuba nesse país, por ser Cuba um país sujeito a sanções.

- Em 26 de Setembro de 2017, o Escritório de Controlo dos Activos Estrangeiros proibiu uma doação de medicamentos à ONG “Caritas em Cuba”, devido a que o navio que transportava a carga pertencia à companhia estadunidense Norwegian Cruise Line Holdings Ltd.
- A começos de Outubro de 2017, as instituições bancárias e financeiras britânicas HSBC, Barclays e National Westminster Bank congelaram as contas de despesas correntes da Embaixada de Cuba no Reino Unido, retendo os fundos até tanto não se determinasse se tinham alguma relação com os E.U.A. Além disso, o National Westminster Bank reteve uma transferência realizada em euros para o pagamento trimestral do apartamento onde reside o Conselheiro de Turismo cubano em Londres.
- No dia 17 de Novembro de 2017, o Escritório de Controlo dos Activos Estrangeiros impôs uma multa por 291 mil 825 dólares à companhia BCC Corporate S.A. (BCC), subsidiária belga da companhia estadunidense Alpha Card Group, por vender, entre 2009 e 2014, cartões de crédito que foram utilizados para realizar compras em Cuba. 50 por cento das acções de Alpha Card Group pertence à companhia estadunidense American Express.
- Em 20 de Novembro de 2017, a sucursal em Canadá da companhia estadunidense Global Payments negou um serviço contratado pelo Consulado cubano em Montreal, devido às sanções do bloqueio dos E.U.A. contra Cuba.
- No dia 27 de Dezembro de 2017, o Banco Interamericano de Desenvolvimento bloqueou os fundos destinados a um convénio académico entre Cuba e a Escola Superior Politécnica de Chimborazo, Equador, por motivos do bloqueio estadunidense contra Cuba.

- Em 12 de Fevereiro de 2018, soube-se que 5 bancos indianos rejeitaram realizar uma transferência procedente do Escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Cuba, encaminhada à companhia indiana Ankur Scientific Energy Technologies LTD, por causa das regulações do bloqueio dos E.U.A. contra nosso país.
- No dia 12 de Fevereiro de 2018, a sucursal em Malásia da companhia estadunidense ADT recebeu instruções da casa matriz de negar-se a renovar o contrato de serviços de Segurança à Embaixada cubana nesse país, por ser Cuba um país sob sanções dos Estados Unidos.

2. O bloqueio viola os direitos do povo cubano: Afectações aos sectores de maior impacto social

2.1 Direito à saúde e à alimentação:

A estratégia do governo estadunidense de render por fome e doenças ao povo cubano tem propiciado que sectores de grande sensibilidade como a saúde pública e a alimentação se tenham mantido entre os objectivos principais da aplicação do bloqueio contra Cuba.

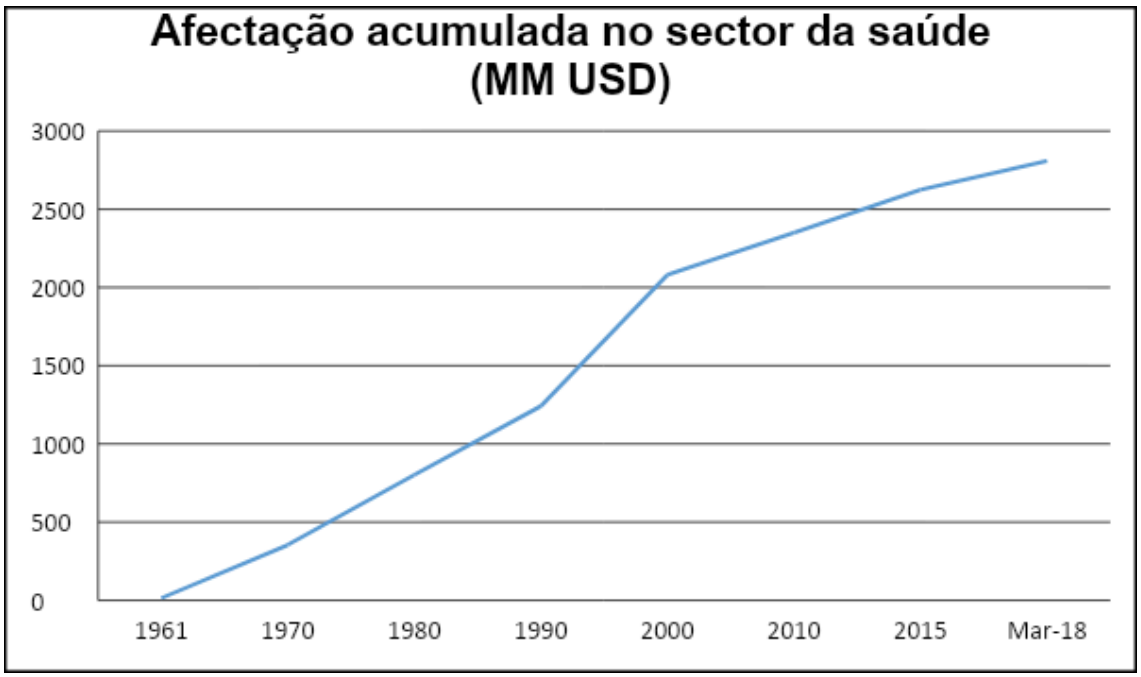
A partir de 1 de Janeiro de 1959 Cuba colocou entre as suas prioridades garantir o estado de bem-estar do seu povo. No Artigo 50 da Constituição da República fica estabelecido que todos os cidadãos do país têm direito a ser atendidos e a que seja protegida a sua saúde. A atenção médica gratuita a toda a população tem sido um princípio inviolável do governo revolucionário.

Graças à importância outorgada pelo Estado cubano à saúde pública, Cuba tem atingido resultados nesse âmbito comparáveis com os de muitos países desenvolvidos. Por exemplo, no ano 2017, nosso país alcançou a taxa de mortalidade infantil mais baixa da sua história e uma das mais baixas do mundo, com 4 falecimentos por cada mil nascidos vivos.

A política de bloqueio contra Cuba tem impactado negativamente o

O sistema de saúde cubano tem sofrido graves afectações pela política de bloqueio contra Cuba, derivadas das dificuldades para adquirir medicamentos, reagentes, instrumental, sobressalentes para equipamentos médicos e outros inputs necessários para o funcionamento do sector, e tudo tem que ser obtido em mercados longínquos e, em muitas ocasiões, com o uso de intermediários, o que impõe o incremento dos preços desses insumos.

Ao anterior se adiciona o sofrimento e o desespero que esta situação provoca nos pacientes e nos seus familiares, ao não poder contar com o medicamento idóneo para a atenção de uma doença e, em muitas ocasiões, no momento necessário para salvar uma vida. Esta dor jamais poderá ser quantificada.



No período analisado, a empresa importadora e exportadora cubana de produtos médicos MEDICUBA S.A., realizou solicitações a mais de 30 companhias estadunidenses para a aquisição dos insumos necessários para o nosso sistema de saúde. Até ao presente, só foram recebidas as

respostas das empresas Agilent e Cook Medical, as quais referiram que, devido às regulações do bloqueio, não podiam vender a Cuba nenhum medicamento. Entre as solicitações realizadas por MEDICUBA, se encontram as seguintes:

- Foram solicitadas a várias companhias estadunidenses, como Pfizer e Bristol-Myers Squibb, as suas cotizações para a compra do medicamento denominado Temozolamida, o qual constitui a primeira linha de tratamento quimioterapêutico para tumores cerebrais malignos. Até ao momento, não se recebeu resposta dos fornecedores. Em consequência, o Instituto Nacional de Oncologia e Radiobiologia teve que recorrer à administração de protocolos de tratamentos alternativos em três pacientes menores de 15 anos de idade com diagnóstico de Tumor do Sistema Nervoso Central, segunda neoplasia mais frequente em crianças, depois das leucemias e linfomas.
- No dia 21 de Março de 2018 foi solicitada à companhia Amgen a aquisição do anticorpo monoclonal Evolucumab Repatha, primeiro fármaco biológico utilizado para o tratamento da hipercolesterolemia (colesterol elevado) em pacientes de alto e muito alto risco cardiovascular. O uso deste fármaco contribui a solucionar as doenças cardiovasculares, primeira causa de morte em Cuba. Além disso, pode ser utilizado naqueles pacientes com hipercolesterolemia familiar, doença genética que os expõe a níveis elevados de colesterol desde a sua nascença. Não obstante, até ao momento não se recebeu resposta desta empresa.
- No mês de Março de 2018 se solicitou em duas ocasiões informação para a compra do Sistema Cirúrgico Da Vinci, equipamento de cirurgia robótica desenvolvido pela empresa estadunidense Intuitive Surgical. A aquisição do robot Da Vinci responde a uma das necessidades do Centro Nacional de Cirurgia de Mínimo Acesso, visto que este equipamento facilita a cirurgia complexa ao optimizar a faixa de acção

da mão humana, mediante a redução do possível tremor e o aprimoramento de todos os movimentos do cirurgião. Até ao momento, também não se tem recebido resposta desta companhia.

- Em 22 de Março de 2018 foi solicitada à companhia Illumina, líder na produção da tecnologia de sequenciação mais utilizada na actualidade, informação para a compra do equipamento de sequenciação do ADN humano, que permite diagnosticar doenças genéticas e a susceptibilidade de padecê-las. Este dispositivo oferece múltiplas vantagens para o diagnóstico oportuno do cancro e o desenvolvimento da medicina de precisão. Até ao momento, a referida companhia não tem respondido à solicitação.
- Em 26 de Março de 2018 foi solicitado à empresa Agilent um equipamento de alta tecnologia denominado "espectrómetro de massas", que se utiliza para o diagnóstico e a detecção precoce de doenças metabólicas ou erros congênitos do metabolismo. Nesse mesmo dia, a companhia respondeu que actualmente não podiam comerciar com Cuba, como resultado das leis de Controlo de Exportações dos Estados Unidos.
- No dia 5 de Abril de 2018 foi solicitada à companhia Cook Medical a compra de válvulas cardíacas de diferentes tipos, próteses vasculares, dispositivos de extração de eléctrodos, entre outros produtos destinados a melhorar o diagnóstico e tratamento de pacientes que precisam dos serviços de cardiologia intervencionista, electrofisiologia clínica e marca-passos, assim como de cirurgia cardiovascular. A companhia referiu, em um correio electrónico de 9 de Abril de 2018, que os seus produtos não estão disponíveis para a sua venda ou distribuição no mercado cubano.

Outros exemplos que demonstram os danos ocasionados pelo bloqueio na esfera da saúde durante o período que abrange este relatório são:

- Em Julho de 2017, a filial mexicana da empresa estadunidense Thermo Fisher Scientific enviou uma notificação de rejeição a quatro

investigadores do Centro Nacional de Genética Médica, quem tinham sido previamente aceites para realizarem um estágio oferecido pela referida companhia. O objectivo da capacitação era conseguir a introdução de novos diagnósticos moleculares de doenças genéticas e o aperfeiçoamento dos que actualmente se oferecem como serviço em Cuba. A filial mexicana viu-se impossibilitada de levar a cabo este intercâmbio, devido às restrições impostas pelo bloqueio.

- Em Março de 2018, a empresa MEDICUBA S.A. foi informada de que a companhia da Índia ACULIFE se negou a despachar directamente para Cuba o Levofloxacino, medicamento usado para tratar infecções bacterianas da pele, bronquite, pneumonia, entre outras doenças. Esta negativa foi devido a que o banco que opera a conta da referida empresa na Índia se opôs a acreditar os pagamentos realizados por Cuba, já que os documentos de embarque que justificavam este pagamento tinham como destino final um país bloqueado.
- Cuba se vê impossibilitada de adquirir no mercado estadunidense o Óxido Nítrico, utilizado para a prevenção ou o tratamento eficaz das crises de hipertensão pulmonar aguda, as quais podem ser graves e inclusive mortais. Entre 8 e 10 por cento das operações anuais do Cardiocentro Pediátrico William Soler, são realizadas a crianças que padecem esta doença. O Óxido Nítrico, devido ao seu conteúdo potencialmente explosivo, apenas pode ser transportado de navio e por tempos curtos, o que impede a sua deslocação desde mercados longínquos.

Adicionalmente, o retrocesso experimentado nas relações bilaterais tem impactado negativamente no intercâmbio académico e científico dos profissionais e técnicos da saúde cubanos e estadunidenses. Por apenas colocar um exemplo, o Instituto de Gastroenterologia de Cuba notificou que, devido às novas regulações impostas pelo governo de Trump, foram cancelados os encontros previstos sobre Hepatologia entre expertos de ambos os países, planificados para o presente ano.

As afectações que registaram os sectores da Indústria Alimentar e da Agricultura durante o período que analisa este relatório ascendem a 413 milhões 793 mil 100 dólares, o que significou um aumento de 66 milhões 195 mil 100 dólares com relação ao período anterior.

O bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos tem afectado por mais de 413 milhões de dólares o sector da alimentação em Cuba

As maiores afectações provocadas pelo bloqueio no sector da alimentação se encontram na impossibilidade de colocar os nossos produtos no mercado estadunidense. Apenas a empresa Rum Havana Club, uma das mais prestigiosas do mundo na produção de bebidas espirituosas, deixou de receber 90 milhões 930 mil dólares por este conceito.

Outras marcas de rum como *Santiago de Cuba*, *Isla del Tesoro* e *Cubay*, que possuem um potencial exportador ao mercado estadunidense de não menos de 200 mil caixas anuais, atendendo ao interesse expressado pelos principais distribuidores estadunidenses na actualidade, não podem colocar os seus produtos nesse mercado.

Se o Grupo Empresarial de criação de gado de Cuba pudesse ter acesso às tecnologias estadunidenses para a criação suína, a produção de carne no país se incrementaria em 2050 toneladas.

As receitas deixadas de receber teriam facilitado o reinvestimento e a criação de uma infra-estrutura sólida no sector da alimentação, sobretudo tendo em conta as dificuldades dos principais sectores da economia cubana para ter acesso a financiamentos externos devido à política de bloqueio.

O governo cubano teve que realizar grandes esforços para conseguir os resultados alcançados em matéria de segurança alimentar, os que têm sido reconhecidos por agências especializadas do Sistema das Nações Unidas, como a UNICEF, que em um relatório recentemente publicado

considerou Cuba como o único país da América Latina e das Caraíbas livre de desnutrição infantil severa.

Com o propósito de preservar esses avanços, um dos princípios reitores do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social de Cuba até ao ano 2030 é atingir níveis de produção e comercialização agropecuários que garantam um alto grau de auto-suficiência alimentar.

2.2 Direito à educação, ao desporto e à cultura:

Para garantir a qualidade da educação para todos, Cuba deve encarar as limitações impostas pela política de bloqueio dos Estados Unidos da América.

Desde 1 de Janeiro de 1959, garantir o acesso gratuito a uma educação de qualidade para todos os cubanos e cubanas tem sido um objectivo fundamental da Revolução. Isso ficou reflectido no orçamento aprovado pelo governo para o ano 2018, ao destinar para esse sector 8 180 milhões de pesos, o que garante uma matrícula de 1 milhão 775 mil estudantes nos ensinos Pré-escolar, Primário e Médio e de 185 mil estudantes no Ensino Superior.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Cuba é o país da América Latina com maior índice no desenvolvimento da educação.

No país, cento por cento dos jovens tem garantido o acesso gratuito à educação, incluindo o ensino universitário.

Os principais prejuízos reportados neste sector estão determinados, entre outros, pelo pagamento de tarifas encarecidas por conceito de frete para a transportação dos produtos adquiridos em mercados longínquos; a falta ou insuficiência de alguns meios e recursos para a docência e a investigação, devido aos seus custos mais elevados em outros mercados; o acesso limitado à informação científica e a ferramentas informáticas necessárias para a produção de multimídias educativas, e

os obstáculos para receber os pagamentos pelos serviços profissionais que são ofertados no estrangeiro.

O tratamento às crianças com necessidades especiais é uma prioridade para o governo cubano. Com este propósito, o Estado estabelece medidas que contribuem ao correto funcionamento das suas escolas no intuito de atingir uma educação inclusiva para todos os meninos e meninas com deficiências. Todavia, devido às proibições que impõe o bloqueio, Cuba não pode ter acesso a todo o equipamento necessário para garantir a adequada aprendizagem destes menores. Por apenas colocar um exemplo, as máquinas mecânicas de escritura em Braille PERKINS, não podem ser adquiridas por Cuba, visto que são fabricadas e comercializadas nos Estados Unidos.

No período que compreende este relatório houve uma redução no intercâmbio académico entre Universidades. A seguir são colocados alguns exemplos:

- A Faculdade de Filosofia e História da Universidade de Havana notificou que, no período analisado, foram recebidas as solicitações dentre 10 e 12 estadunidenses e/ou porto-riquenhos para realizarem estudos de pós-graduação em Cuba. Não obstante, como resultado da aplicação do bloqueio, os estudantes dessas nacionalidades são proibidos de cursar estágios nas Universidades cubanas.
- O Instituto de Farmácia e Alimentos tem sofrido negativas de renovações de licenças para o desenvolvimento de programas docentes e de investigação (programas de semestre, cursos curtos e/ou eventos). Em 2017 se celebrou o 4to Encontro de Ciências Farmacêuticas e Alimentares “ECFA 2017” e o 1º Workshop Estudantil de Ciências Farmacêuticas e Alimentares em Havana, onde participaram 24 delegados estadunidenses. Nestas reuniões se identificaram possibilidades de intercâmbio e colaboração com duas Universidades dos Estados Unidos e com a Universidade de Porto Rico. Contudo, não tem sido possível concretizar os vínculos com

estas instituições como resultado da política de recrudescimento do bloqueio aplicada pelo governo de Trump.

- A Universidade Tecnológica de Havana (CUJAE) destaca que, apesar dos importantes resultados que foram alcançados até 2016 na realização de workshops internacionais e estágios, a matrícula de estudantes estadunidenses nas faculdades desta instituição tem descendido significativamente.

O desporto cubano, um dos grandes avanços conseguidos pela Revolução, vê diminuída a sua capacidade de importar implementos desportivos de marcas estadunidenses, muitos deles de uso obrigatório, segundo o estipulado nos regulamentos oficiais das Federações Internacionais.

As escolas de formação desportiva cubanas vêem restringidas as possibilidades de adquirir medicamentos, recuperadores musculares e equipamentos com tecnologia de avançada, devido às limitações para importar produtos e inputs desde os Estados Unidos da América. Esses insumos são vitais para melhorar a infra-estrutura dos centros e as condições de treino dos atletas.

Alguns exemplos das afectações provocadas no período pelo bloqueio neste sector foram:

- A utilização da linha de crédito Nexy, outorgada ao Instituto Nacional de Desportos, Educação Física e Recreação (INDER) para a aquisição de artigos desportivos em companhias japonesas, tem-se visto notavelmente limitada, pois estas empresas têm o seu distribuidor comercial para a nossa área geográfica nos Estados Unidos.
- O Laboratório Antidoping de Cuba, um dos laboratórios de referência regional, teve de adquirir o cromatógrafo de gases massa-massa, principal ferramenta utilizada para detectar a presença de drogas nos atletas, a um preço muitíssimo mais elevado que de tê-lo podido adquirir nos Estados Unidos.

- Esse próprio laboratório, perante a impossibilidade de adquirir os insumos necessários para a realização dos testes do Programa Nacional Antidoping no mercado estadunidense ou nas suas filiais em terceiros países, teve de encarar um incremento de 20 por cento nos custos do referido programa.
- Cerca de 250 atletas estadunidenses viram impossibilitada a sua participação nos eventos Marabana e Triatlo de Havana, devido às limitações impostas pelo bloqueio aos próprios cidadãos dos Estados Unidos.
- Para a aquisição de implementos desportivos de marcas estadunidenses como: Louisville, Wilson, Xbat, Rawlings, Atec, 3N2, Easton e W&W, muitas delas obrigatórias nos eventos desportivos internacionais se deve recorrer a terceiros países, errogando entre 20 e 30 por cento por em cima do preço dos produtos, ao que se acrescenta o incremento no custo dos fretes.
- Os nossos atletas paralímpicos vêem-se afectados por não terem acesso a implementos de última geração que são utilizados em competições de carácter internacional, devido à sua procedência estadunidense. Isto os coloca em uma posição de desvantagem com relação aos atletas do resto dos países.

O desenvolvimento da cultura em todas as suas manifestações é uma prioridade para o Estado cubano como foi demonstrado nos eventos culturais celebrados no Centro Kennedy de Washington em Maio de 2018.

A política cultural do governo revolucionário tem como pauta a Associação indissolúvel dos conceitos de cultura e liberdade, presentes no ideário dos máximos exponentes da nossa história.

Não obstante, este sector continua a ser afectado pela aplicação da política de bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba. Desde Abril de 2017 até Março de 2018, o intercâmbio entre artistas cubanos e os seus

homólogos estadunidenses tem diminuído. Alguns exemplos que demonstram esta afirmação são:

- No ano 2017 foi prevista a participação de 497 músicos e profissionais da música provenientes dos Estados Unidos em apresentações e eventos em Cuba. Como resultado do recrudescimento do bloqueio, esses artistas não puderam participar das actividades que já tinham concertado.
- Entre o último trimestre do ano 2017 e princípios de 2018 foram canceladas as visitas a Cuba de 15 agrupamentos estadunidenses, com aproximadamente 300 pessoas entre músicos e acompanhantes.
- Um grupo de estudantes da prestigiosa escola de música Berkeley de Boston, não pode viajar a Cuba para participar em workshops com músicos profissionais e estudantes cubanos. Os engenheiros de som que estiveram encarregados da organização da viagem a Cuba comunicaram à EGREM que tinham recebido a advertência das autoridades do seu país de se absterem de realizar a viagem, devido às regulações existentes.

Por outra parte, o bloqueio obstaculiza a comercialização e promoção da música, as artes plásticas, as artes cênicas e a literatura cubanas. Os seguintes exemplos são uma amostra disso:

- Entre Abril de 2017 e Março de 2018, um total de 37 unidades artísticas, com 367 músicos, viajaram aos Estados Unidos para realizar apresentações com carácter obrigatoriamente promocional, devido às regulações do bloqueio. Não receberam rendimentos pelas suas apresentações.
- Caso não existir o bloqueio, as exportações de Musicalia, agência de representações artísticas da empresa cubana Artex S.A, poderiam ter sido 20 vezes maiores.
- A Casa Discográfica e Editora Musical de Artex S.A, Bis Music, contactou com várias companhias estadunidenses que se dedicam à

distribuição e edição de música, interessadas em negociar com Cuba. Não obstante, por temor a ser sancionadas pelas regulações impostas pelo bloqueio, estas empresas não enviaram a documentação necessária para realizar a negociação.

- As Unidades Artísticas das artes cênicas Revolution, Rakatan, Havana Queen, Cantores Líricos e Artistas Circenses, viram-se impossibilitadas de assinar contratos directos com empresários estadunidenses interessados no nosso talento artístico.
- O Centro Nacional de Artes Plásticas (CNAP) “Collage Havana”, como parte dos seus esforços por desenvolver as exportações da arte cubana, após a assinatura do Memorando Presidencial em Junho de 2017, constatou uma diminuição das vendas a cidadãos desse país, quem, apesar de estarem interessados na arte cubana, temem às sanções às que podem ser submetidos se realizarem uma compra a Cuba.

- Em 2016 e 2017, a Feira Internacional do Livro de Havana (FILH) acolheu a realização do 1º e 2º Encontros de Editores, Distribuidores e Agentes Literários de Cuba e dos E.U.A., ocasiões em que se realizou um proveitoso intercâmbio que permitiria impulsar as acções de aproximação e cooperação entre ambos os países no âmbito editorial. Contudo, por ocasião das novas medidas adoptadas pelo governo dos E.U.A., não foi possível celebrar o 3º Encontro de Editores, Distribuidores e Agentes Literários de Cuba e dos Estados Unidos durante a FILH de 2018.

Devido às regulações do bloqueio, materiais necessários para o ensino artístico como livros de leitura musical, cadernos de folhas pautadas, saxofones, cordas para guitarra, violino, violoncelo e contrabaixo se adquirem a altos preços no mercado internacional, pudendo ser comprados a preços mais acessíveis no mercado estadunidense.

O desenvolvimento da indústria cinematográfica em Cuba também se tem visto afectado pelas condições que impõe o bloqueio, como o não acesso por parte dos Estudos de Animação do Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográficos (ICAIC) às licenças de software imprescindíveis para os seus processos de produção e a impossibilidade de ter acesso directo ao evento mais importante para o mercado internacional do filme (American Film Market).

3. Direito ao Desenvolvimento.

O sector biofarmacêutico tem sido um dos motores do crescimento económico e a exportação de Cuba nos últimos anos. Os produtos ocasionados por esta indústria, fundamentalmente no ramo biotecnológico, se encontram dentro dos principais rubros com possibilidades de entrar no mercado dos Estados Unidos da América, devido à sua novidade, o seu alto valor agregado e a existência de uma demanda potencial neste país.

A seguir, apresentam-se alguns exemplos concretos das afectações provocadas pelo bloqueio neste sector:

- O produto Heberprot-P, desenvolvido pelo Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia de Cuba (CIGB), é um medicamento único e novíssimo na terapia da úlcera severa do pé diabético (UPD). Se não existisse o bloqueio e levando em conta que a prevalência de diabetes nos Estados Unidos é de 9,4 por cento da sua população, Cuba teria podido exportar o Heberprot-P ao mercado deste país, com benefícios económicos para Cuba e de saúde para os pacientes estadunidenses afectados.
- O Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia teve perdas na ordem dos 392 mil 085 dólares, provocadas pelo uso de intermediários em terceiros países para a compra dos inputs básicos de produção. De igual forma, não se têm podido receber produtos contratados a fabricantes de origem estadunidense, obrigando a este Centro a

relocalizar as suas compras em outros destinos com o conseguinte incremento dos custos.

- A empresa Sasol Wax, vendeu parte das suas acções a companhias estadunidenses, e não pôde continuar entregando 6 matérias-primas que usualmente forneciam à empresa FARMACUBA - inclusive após ter encerrado um contrato para o ano 2017 -, por causa das regulações impostas pelo bloqueio contra o nosso país.
- O fabricante Blanver, empresa com a qual haviam relações comerciais há vários anos, notificou que lhe seria impossível subministrar parte dos insumos solicitados para o ano 2017 e que não poderiam fornecer os produtos contratados para o ano 2018, ficando pendente o envio de 21 mil quilogramas de Microcel 101, devido a que foi adquirida por uma companhia cuja sede operacional para a farmacêutica global está sediada nos Estados Unidos da América.
- E Empresa Importadora-Exportadora FARMACUBA, teve afectações monetárias num valor de 4 milhões 457 mil 374 dólares, devido à impossibilidade de realizar as suas operações em dólares estadunidenses e as dificuldades para encontrar bancos dispostos a transferir para Cuba os pagamentos pelas exportações realizadas, mesmo tratando-se de outras moedas estrangeiras.

Foram especialmente significativas as afectações que se registraram ao turismo durante esta etapa, devido às restrições adicionais impostas pelo governo estadunidense às viagens dos seus cidadãos a Cuba.

O bloqueio económico, comercial e financeiro tem continuado a afectar o desenvolvimento do turismo, ao impactar negativamente em importantes esferas relacionadas com os serviços, as operações e asseguramentos logísticos. As regulações e disposições emitidas pelos Departamentos do Tesouro, do Estado e do Comércio dos Estados Unidos, a 8 de

Novembro de 2017, restringem ainda mais o comércio e tiveram um impacto directo na chegada de viageiros estadunidenses ao nosso país.

Por apenas citar alguns exemplos:

- ❖ No último trimestre do ano 2017, a chegada de estadunidenses a Cuba diminuiu 52 por cento, o que representou a perda de aproximadamente 65 mil 040 visitantes.
- ❖ A cifra de cancelamentos feitos às Agências de Viagens como consequência das alertas emitidas pelo Departamento de Estado ascendeu a 240 grupos turísticos. No caso da agência Havanatur Celimar, que trabalha directamente com o mercado estadunidense, foram cancelados 150 grupos de visitantes previamente anunciados pelas diferentes agências e tur-operadoras estadunidenses.
- ❖ Desde 1 de Janeiro até 13 de Março do presente ano, a chegada de visitantes estadunidenses decresceu 43 por cento, o que significa 51 mil 677 viageiros menos que em igual período de 2017.
- ❖ As vendas online de 99 por cento dos hotéis do Grupo Hoteleiro Gaviota viram-se afectadas, visto que as empresas Booking.com e Expedia.com, que ofertavam esses serviços, cancelaram as suas relações comerciais com Gaviota em 9 de Novembro de 2017.

As regulações e disposições de Novembro de 2017 também tiveram um impacto negativo no âmbito dos seguros. A redução do número de viageiros procedentes dos Estados Unidos tem incidido na venda da Garantia Mínima de Viagens incluída no preço dos bilhetes aéreos.

Durante a etapa que compreende o relatório se mantiveram as afectações no sector das comunicações e da informática.

O bloqueio também tem provocado afectações ao sector das comunicações e da informática, incluídas as telecomunicações. No período analisado, ETECSA continua a ser a empresa com

maior afectação, registando uma cifra superior aos 60 milhões 143 mil dólares.

Entre os exemplos que tipificam estas afectações, destacam-se os seguintes:

- Após as medidas de recrudescimento da política de bloqueio aprovadas pelo actual governo estadunidense e a consequente diminuição do número de visitantes a Cuba, a empresa ETECSA tem experimentado uma diminuição das contratações de Serviços de Roaming.
- Os pagamentos a companhias fornecedoras de serviços de banda larga para a conectividade internacional do país, se têm visto obstaculizados por bancos que retêm os mesmos, alegando suspeitas de que podem estar ligados a entidades estadunidenses ou radicadas em território dos Estados Unidos. Isto originou o incumprimento dos ciclos de pagamentos pactuados com ditos fornecedores.
- Em Março de 2017, a OFAC impôs uma multa de mil 190 milhões de dólares a uma companhia asiática, fabricante de um dos equipamentos mais utilizados nos nossos sistemas de comunicações, por violar as regulações dos Departamentos do Tesouro e do Comércio, referentes à exportação de produtos a “regimes hostis aos Estados Unidos”. Depois da sanção, esta companhia se negou a continuar as suas operações com Cuba, por estar dentro da lista de países sancionados pelo governo dos Estados Unidos da América.
- Existe também a impossibilidade de ter acesso a marcas e/ou equipamentos de altas prestações e líderes no mercado das infocomunicações, como telefones fixos, telemóveis, antenas e sistemas informáticos, que são distribuídos ou contam com patentes de entidades estadunidenses. Isto obriga às nossas empresas a adquiri-los através de terceiros, com o consequente aumento nos custos e a dificuldade no acesso aos sobressalentes e serviços de instalação.

- A política de bloqueio impede o livre acesso desde Cuba aos conteúdos da rede de redes e o direito às liberdades expressadas e aceites pelos autores que publicam software com Licença Pública Geral (GNU-GPL). Esta afectação se materializa através da negativa de acesso ao serviço ou de descarga de informação, uma vez que se reconhece que o enlace se realiza desde uma direcção de internet (IP) outorgada ao domínio cubano ".cu".
- Nos Guias de Usuário dos produtos de Microsoft, assim como em qualquer dos contratos de licença de uso dos mesmos, existe como mínimo um item que expressamente assinala: "Controlos de Exportação". Nem o Software nem a documentação e a informação ou tecnologia subjacentes poderão descarregar-se, exportar-se ou reexportar-se a Cuba (…). Ao descarregar ou utilizar o Software, o cliente se compromete a respeitar as disposições anteriores e declara não trabalhar em nenhum dos países indicados, residir ou ser nativo de um deles (…)." Esta situação pode chegar a provocar custosos e dilatados processos legais, tanto no relativo à propriedade do produto, como ao mercado e à sua comercialização.

Cuba tem desenvolvido, sistematicamente, acções associadas à poupança, ou emprego de energias renováveis e a eficiência energética. Entre os objectivos compreendidos no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social até 2030, estabelece-se: "Garantir, em condições de sustentabilidade ambiental, um fornecimento energético adequado, confiável, diversificado e moderno que aumente substancialmente a percentagem de participação das fontes renováveis de energia na matriz energética nacional, essencialmente da biomassa, eólica e fotovoltaica".

Aspira-se a que para o ano 2030, 24% da produção energética provenha de fontes renováveis de energia. Todavia, tal objectivo se vê obstaculizado pelos efeitos do bloqueio na economia cubana.

O sector da Energia e Minas tem sido especialmente afectado pela aplicação do bloqueio.

Entre os exemplos que demonstram os prejuízos provocados pelo bloqueio neste sector, encontram-se os seguintes:

- O Grupo Empresarial ENERGOIMPORT reportou a realização de várias gestões para a compra de sobressalentes para garantir a manutenção e a operação do Parque Eólico de Gibara II. Depois de ter assinado um contrato com uma prestigiosa companhia do sector, não tem sido possível obter estes insumos, em tanto os bancos estrangeiros não aceitam as cartas de crédito de Cuba para realizar a compra.
- O Grupo Empresarial GEOMINSAL, desde o ano 2015, tem intentado adquirir um ICP-MS, instrumento necessário para a realização de investigações geológicas. Contudo, nenhum fornecedor tem estado disposto a ofertá-lo, devido aos componentes de manufactura estadunidense que possui o equipamento.

O transporte tem sido outro dos sectores afectados pelo bloqueio.

As maiores perdas no período se concentram na Corporação de Aviação Civil de Cuba (CACSA), a qual experimentou um dano acumulado de 63 milhões 640 mil dólares. Isto se atribui, principalmente, ao cancelamento de 4 linhas aéreas estadunidenses devido à falta de passageiros para completar os seus voos. Esse foi o caso de Silver, Frontier, Spirit e Alasca, diminuindo assim o número de voos e de viageiros estadunidenses.

De Abril de 2017 até Março de 2018, os danos provocados pelo bloqueio ao sector do transporte ascendem a 101 milhões 550 mil dólares.

Exemplo ilustrativo do dano causado pelas sanções económicas do bloqueio no sector do transporte, são as dificuldades pelas que atravessa Cubana de Aviação S.A. para comprar ou arrendar aeronaves com componentes técnicos de, praticamente, qualquer tecnologia. Como resultado do efeito extraterritorial das sanções, a Cubana de Aviação lhe

resulta totalmente impossível ter acesso a aeronaves produzidas por companhias tais como AIRBUS, DASSAULT e BOEING, com independência de que entidade seja a sua proprietária, da sua nacionalidade ou do país em que estiver registada e opere.

Esta situação impede a Cubana de Aviação levar a cabo a manutenção de aeronaves em agências especializadas de praticamente qualquer país.

Em adição, os obstáculos impostos pelas sanções para as transacções bancárias limitam em extremo o desempenho de Cubana de Aviação como linha aérea.

Em anos recentes, o governo dos Estados Unidos introduziu excepções nas suas sanções contra Cuba que, de forma bem limitada e sujeitas a um estrito e imprevisível processo regulatório, permitiriam a eventual possibilidade de que o nosso país compre ou arrende aeronaves nos Estados Unidos, ao igual que peças e partes para a aviação civil. Isto resulta pouco viável do ponto de vista comercial e financeiro devido à permanência do conjunto de leis e normativas adicionais do bloqueio económico.

Não obstante, mantêm-se em vigor todas as restrições de carácter extraterritorial que impedem à aviação civil de Cuba relacionar-se comercialmente com as companhias do resto das economias do mundo, onde se produzem aeronaves, peças e partes necessárias para o desenvolvimento desta actividade.

Resulta evidente o impacto destas medidas sobre a segurança dos voos, a estabilidade da linha aérea e as suas possibilidades de sobrevivência.

Outra das afectações neste sector se manifestou na empresa SELECMAR, a qual deixou de receber 13 milhões 420 mil dólares nas actividades de Navios Mercantes e de Cruzeiros. Isto foi devido, fundamentalmente, à proibição que têm os navios cruzeiros de enrolar marinheiros cubanos nas companhias estadunidenses que realizam chegadas a Cuba. Dentro destas companhias se encontram MSC Divina e MSC SEASIDE.

Por outra parte, a proibição aos cidadãos estadunidenses de viajar a Cuba em condição de turistas continua a afectar os serviços associados à transportação turística do Grupo Empresarial Táxis Cuba e a Empresa de Ónibus Nacionais.

Na esfera da Construção também se têm produzido grandes danos devido à política de bloqueio contra Cuba. 96 por cento da afectação total ocorreu como resultado da falta de acesso a meios e tecnologias eficientes no mercado estadunidense que permitam desenvolver a construção de moradias no país.

O desenvolvimento integral da indústria cubana constitui um elemento indispensável para o cumprimento do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social até 2030. Não obstante, este sector também se tem visto afectado pela aplicação do bloqueio económico, comercial e financeiro dos Estados Unidos.

De Abril de 2017 até Março de 2018, as afectações ao sector da indústria ascendem a 50 milhões 4 mil 400 dólares.

Entre os exemplos de afectações provocadas pela política de bloqueio neste sector, encontram-se os seguintes:

- O Grupo Empresarial da Indústria Química reportou que a companhia espanhola LOMISA não pôde fornecer os sobressalentes da Bomba Centrifuga LEFI e RHEINHUTTE, utilizada no Projecto Cloro/Sosa da Empresa Electroquímica de Sagua a Grande. Isto foi devido a que o fabricante do produto, RHEINHUTTE, declinou a oferta pois o seu destino final era Cuba.
- A indústria da reciclagem cubana não pode ter acesso a múltiplos equipamentos tecnológicos necessários para a recuperação, compactação, trituração, corte e transportação dos detritos recicláveis, visto que são fabricados por companhias estadunidenses.
- A Empresa de Produções Metálicas (COMETAL), ao não poder ter acesso ao mercado estadunidense para a compra de 13 elevadores e sobressalentes, teve que adquirir esses produtos em outros mercados longínquos. O valor total desses equipamentos foi de 2 milhões 207 mil 22 dólares. No caso de terem sido adquiridos nos Estados Unidos, reportar-se-ia uma poupança de 490 mil 444 dólares, com o que se poderiam ter comprado 6 ascensores mais no mercado estadunidense, bem como peças

O impacto no sector tecnológico da aplicação do bloqueio a Cuba ocasionou danos por 290 milhões 600 mil dólares.

e acessórios para equipamentos que até hoje não se têm podido reparar.

4. Afectações ao sector externo da economia cubana

4.1 Afectações ao Comércio Externo:

As maiores afectações provocadas pelo bloqueio no âmbito do Comércio Externo se concentram nas receitas deixadas de receber por exportações de bens e serviços, que ascendem a 2 mil 475 milhões 900 mil dólares.

A afectação ocasionada pelo bloqueio à esfera do Comércio Externo durante o período ascende a 3 mil 343 milhões 400 mil dólares.

O bloqueio continua a provocar sérios danos à nossa economia a partir da relocalização geográfica do comércio que impõe, ao que se junta a necessidade de manter elevados inventários. Por este conceito, Cuba perdeu 867 milhões 500 mil dólares. A isto se adiciona o incremento do custo dos financiamentos por "risco país", os que são estimados em 54 milhões 326 mil 250 dólares, representando um aumento de 21 milhões 192 mil 481 dólares com relação ao período precedente. Nestes indicadores influi a falta de acesso a créditos bancários ou brandos, pelo que as empresas cubanas se vêem obrigadas a trabalhar com créditos comerciais outorgados pelos próprios fornecedores em condições mais desvantajosas.

As afectações por conceito de utilização de intermediários e o consequente encarecimento das mercadorias atingiram os 59 milhões 825 mil 479 dólares, reflectindo um incremento de 196 por cento com relação ao período anterior.

Até 1962, Cuba foi o mercado natural dos Estados Unidos para as compras de tabaco, tanto torcido quanto em rama para a sua indústria tabaqueira. Nas exportações de tabaco torcido cubano, os Estados Unidos ocupavam um lugar dominante como destino. No decénio

1949-1958, coube-lhes 32.6 por cento em volume e 34.6 por cento em valores.

Estima-se que o mercado de tabaco Premium dos Estados Unidos tem um tamanho de aproximadamente 350 milhões de unidades de venda, atingindo as importações deste produto a quantidade de 325 milhões de unidades em 2017. É o mercado de tabaco Premium mais importante do mundo, visto que representa 74 por cento do total do mercado mundial, calculado em 470 milhões de unidades.

A quota de participação do Havana no mercado dos países em que se comercializa é de 70 por cento em unidades e de 80 por cento em valor. Tendo em conta o estado actual do mercado de tabaco Premium e a estratégia de comercialização da empresa Habanos SA do Grupo Empresarial TABACUBA, a mesma percentagem poderia ser alcançada no mercado de tabaco dos Estados Unidos.

Nesse sentido, para o primeiro ano de operações no mercado estadunidense, estimam-se vendas de 50 milhões de unidades, com um incremento progressivo que permitiria em um período de 10 ou 15 anos aproximar-se da quota potencial à que se aspira.

Se levarmos em conta o preço médio de exportações de Habanos S.A. em 2017 (2.69 dólares), estima-se uma afectação de 134 milhões 500 mil dólares pela impossibilidade de colocar esse produto no mercado estadunidense.

Sob a hipótese de que a participação do tabaco mecanizado no mercado dos Estados Unidos fosse equivalente à sua participação no mercado mundial (0,8%), existiria a possibilidade de vender, pelo menos, 100 milhões de tabacos adicionais nesse país. A um preço médio de 145 dólares por milhar, originariam receitas adicionais de 14 milhões 500 mil dólares pela venda do produto no mercado estadunidense.

As afectações por conceito de receitas deixadas de receber por causa do bloqueio também se expressam no âmbito das exportações de frutas, cujo mercado natural seria o estadunidense.

A Empresa Comercializadora de Alimentos (ALIMPORT), como importadora de produtos destinados essencialmente à cesta básica e ao consumo social, assim como à aquisição de matérias-primas para a indústria alimentícia cubana, continua a padecer o rigor e impacto negativo da política de bloqueio económico, comercial e financeiro.

Devido à impossibilidade de dispor de recursos financeiros para manter de forma sustentável e incrementar as compras nos Estados Unidos, ALIMPORT precisa realizar as suas importações em outros mercados onde dispõe de liquidez proveniente das suas exportações ou por linhas de créditos outorgadas. Isto impõe o encarecimento dos custos por conceito de fretes marítimos.

A afectação estimada que teve ALIMPORT no período analisado, como resultado da aquisição dos produtos demandados em mercados mais afastados, foi de 3 milhões 533 mil 271 dólares.

A impossibilidade de ter acesso ao mercado estadunidense limita também a venda de açúcar, café e mel de abelhas.

Em 2017, as importações totais de açúcar cru dos Estados Unidos foram de 4 milhões 33 mil toneladas métricas (TM). Em 1959, as importações de açúcar dos E.U.A. alcançavam a cifra de 4 milhões 187 mil 915 TM; delas, 3 milhões 5 mil foram fornecidas por Cuba, o que representou 72 por cento das importações totais desse país.

Considerando a participação cubana no mercado açucareiro estadunidense antes de 1959, assim como as cifras de produção alcançadas por Cuba em 2017 e descontando as vendas ou compromissos de exportação com outros destinos, o país tivesse podido exportar 701 mil 798.00 TM ao mercado estadunidense, as quais tiveram

que ser vendidas no mercado mundial a preços inferiores. As perdas por este conceito ascendem a 118 milhões 674 mil 041 dólares.

Na rubrica de mel de abelha a granel, apesar do interesse de várias firmas estadunidenses em adquirir este produto cubano, continua a ser-lhes negada a licença para realizar as compras em Cuba. Portanto, as maiores vendas do nosso país só se podem realizar em mercados europeus, nos quais existem fortes barreiras alfandegárias.

O mercado estadunidense está dentro dos cinco maiores importadores de café torrado e moído do mundo. O café cubano, pela sua qualidade, poderia responder a uma parte importante da demanda deste produto nos Estados Unidos, caso não existir as proibições impostas pelo bloqueio.

4.2 Afectações às Finanças:

No período que se analisa, as instituições financeiras cubanas continuaram submetidas a uma política de hostilidade e perseguição por parte do governo dos Estados Unidos.

As regulações e disposições dos Departamentos do Tesouro, do Comércio e do Estado, aprovadas a 8 de Novembro de 2017, proíbem as transacções financeiras directas de pessoas ou empresas submetidas à jurisdição dos Estados Unidos com 179 entidades cubanas e as suas dependências.

A referida política tem trazido como consequência a anulação das transferências bancárias cujos ordenantes consignados são as empresas cubanas incluídas na lista de entidades sancionadas. Por conseguinte, não podem realizar transacções financeiras directas com nenhuma pessoa natural ou jurídica estadunidense. Esta acção afecta de forma indirecta as operações das instituições bancárias cubanas, as que se vêem obrigadas a modificar os canais bancários usuais (notavelmente restringidos) para realizar as suas cobranças e pagamentos, provocando dificuldades e custos adicionais nas operações comerciais.

Cuba continua impossibilitada de ter acesso a fontes de financiamento da banca estadunidense e de entidades comerciais, cujo uso é prática no comércio mundial. Em comparação com o período anterior, aumentaram em 28 os bancos que se somaram à política de fustigação imposta pelo bloqueio dos Estados Unidos, o que atenta contra o normal funcionamento e imperatividade das instituições bancárias cubanas que estão obrigadas a trabalhar em um ambiente de permanente incerteza e adversidade no movimento dos seus fluxos financeiros.

As afectações monetário-financeiras a consequência do bloqueio ascenderam a 538 milhões 300 mil dólares.

Entre Abril de 2017 e Março de 2018 se registaram afectações ao sistema bancário cubano a partir de incidentes reportados em 128 bancos estrangeiros.

A seguir, mencionam-se algumas das principais dificuldades que apresentaram as instituições bancárias cubanas nas suas operações entre Abril do ano 2017 e Março de 2018:

- Impossibilidade de utilizar o dólar estadunidense nas transacções comerciais e financeiras cubanas com o exterior.

  Apesar que o ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, autorizou em Março de 2016 o uso do dólar nas operações comerciais cubanas com o exterior, as transacções realizadas em ambos os sentidos continuaram afectadas pela permanência de incertezas e temores de instituições bancárias sediadas em dito país sobre o que é possível ou não fazer com Cuba, assim como pelos antecedentes de multas milionárias impostas a bancos de terceiros países.

- Mantêm-se as dificuldades relacionadas com o acesso a novas tecnologias da Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (SWIFT), devido a que a maioria das empresas que facilitam os softwares e as tecnologias são estadunidenses.

Nesse sentido, dificulta-se a recepção dos estados de contas que devem enviar os bancos estrangeiros a entidades bancárias cubanas pela via de SWIFT, devido às restrições impostas a Cuba.

- ❖ Cancelamento de chaves RMA de mensagens SWIFT por parte de 20 bancos forâneos, deles: 17 europeus, 2 latino-americanos e 1 da África. As chaves RMA servem como autorizações que se intercambiam com os bancos correspondentes e permitem filtrar e limitar as mensagens recebidas e o tipo de mensagem enviada.

- ❖ Solicitação de encerramento de contas cubanas por parte de 4 entidades bancárias estrangeiras, delas: 3 europeias e 1 latino-americana.

- ❖ Encerramento e a negativa de aberturas de contas a embaixadas, e funcionários diplomáticos cubanos no exterior, assim como a representações de entidades cubanas, sob a consideração de que Cuba é um país sancionado e sujeito às regulações do bloqueio. A modo de exemplo se pode referir que a uma embaixada cubana em um país latino-americano lhe foi negada a abertura de uma conta por várias sucursais bancárias sediadas nesse país, privando-a do direito de salvaguardar os recursos monetários disponíveis da Missão. Esta situação contravém as normas mais elementares do Direito Internacional.

- ❖ Negativa de 14 entidades a realizar transferências de fundos desde ou para Cuba e a prestarem outros serviços bancários; delas: 6 asiáticas, 3 europeias, 2 latino-americanas, 1 de América do Norte e 2 de Oceânia. Exemplos do acontecido:

  - ✔ Um empresário estrangeiro com interesse de participar na Feira Internacional de Havana FIHAV 2017 para iniciar negócios com Cuba, recebeu a negativa do seu banco de emitir um aval ou carta

que certificasse que a sua empresa tem uma actividade comercial normal e que não tem dívidas.

- ✔ Uma embaixada cubana na Europa não pôde efectuar o pagamento parcial de uma contribuição anual com que Cuba deve contribuir em um organismo internacional, devido a que o banco onde essa instituição multilateral tem a sua conta se negou a realizar a operação.

❖ Retenção de fundos e incerteza sobre o destino dos mesmos, o que dificulta contar com os recursos financeiros no momento oportuno. Por exemplo:

- ✔ Duas entidades estrangeiras retiveram fundos de instituições cubanas. Um deles, foi um pagamento retido pela OFAC e o outro, por uma entidade bancária de Ásia.
- ✔ Um cidadão latino-americano residente temporariamente em Cuba, que trabalha para uma instituição europeia que lhe paga em dólares, viu retido o pagamento do seu ordenado devido a que o banco correspondente da entidade bancária europeia que tramitou o pagamento reteve os seus fundos, desviando-os para a OFAC. O cliente realizou a reclamação à OFAC, sem obter resultados.

❖ Negativa a tramitar e/ou avisar assuntos relacionados com operações de cartas de crédito a Cuba de 34 bancos estrangeiros, deles 24 são bancos asiáticos, 9 europeus e 1 latino-americano. Na maior parte dos casos, isto provoca afectações externas pelas dilações desnecessárias, visto que a empresa cubana tem que contactar o seu fornecedor para localizar outro banco que pudesse tramitar a documentação. Por exemplo:

- ✔ Um banco de um país asiático informou que não avisaria uma carta de crédito emitida por uma entidade bancária cubana, insistindo em não ser contactada de novo, nem se utilizasse o seu banco para

nenhum aviso. Finalmente, o banco fechou totalmente as suas operações com Cuba.

- ✔ Outro banco de Ásia informou a sua rejeição a avisar novas cartas de crédito, receber documentos comerciais sob cartas de crédito já emitidas e a receber pagamentos de uma entidade bancária cubana, aludindo o aumento do risco da sua instituição perante as proibições impostas pelo governo de Trump.
- ✔ Um banco europeu indicou que não aceitava avisar cartas de crédito de empresas cubanas, devido à nova política imposta pelo actual governo dos Estados Unidos contra Cuba.

❖ Devolução de operações bancárias: 55 entidades. Delas: 26 de Europa, 15 de Ásia e 11 da América Latina, 2 da América do Norte e 1 de Oceânia.

❖ Cancelamento de operações bancárias e de acordos assinados: 3 bancos. Deles, 2 asiáticos e 1 europeu. Um banco asiático suspendeu todo vínculo com um banco cubano, informando que não podiam continuar a operar sob nenhuma modalidade.

❖ Dificuldades com o envio e recepção de documentos bancários através de agências de correios. Por exemplo, algumas entidades bancárias da América Latina e Europa têm comunicado a bancos cubanos que, devido às regulações do bloqueio, foi-lhes impossível enviar a documentação bancária através da Empresa de Pacotes DHL Express, visto que esta entidade exige aos seus clientes assinar uma “Carta de indemnização e garantia de sanções” para que estes certifiquem que nenhum trabalhador, agente ou a própria empresa vá ser sancionado ou penalizado pelo conteúdo do envio, ou que o remitente ou beneficiário não está incluído em alguma lista de sanções. Também têm expressado, que os termos da referida carta prevalecerão sobre os termos e condições do contrato geral ou de

transporte, o que afecta ou dilata o cumprimento dos contratos assinados para o envio e recepção da correspondência.

5. O bloqueio viola o direito internacional. Aplicação extraterritorial

O carácter extraterritorial do bloqueio tem continuado fortalecendo-se. No período em análise têm-se recrudescido as sanções e a perseguição contra cidadãos, instituições e empresas de terceiros países que estabeleçam ou se proponham desenvolver relações económicas, comerciais e financeiras com Cuba.

A aplicação extraterritorial do bloqueio prejudica seriamente a Cuba, mas afecta também os interesses e os direitos soberanos de terceiros países, o que constitui uma violação do Direito Internacional, os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e as normas do livre comércio.

Apesar da vontade política comum de avançar no desenvolvimento das relações económicas, comerciais e financeiras com terceiros países na base do benefício mútuo, assim como a rejeição à aplicação de sanções unilaterais com efeito extraterritorial e à interferência do governo dos E.U.A. nesses vínculos, se tem podido constatar o impacto negativo e sem precedentes do bloqueio, especialmente a partir do segundo semestre de 2017, o qual tem afectado de maneira sensível as relações comerciais e financeiras com esses países.

A promulgação da Lei Helms-Burton e o carácter extraterritorial do bloqueio condicionaram a promulgação de “legislações antídotos” formuladas por terceiros países para proteger-se perante possíveis afectações causadas pela aplicação desta política. Porém, o efeito intimativo que exerce o bloqueio contra Cuba tem impedido que se apliquem devidamente estas regulações.

Existem numerosos casos recentes de operações comerciais de Cuba com empresas de terceiros países, cuja execução tem sido obstaculizada

ou impedida pelas proibições, ameaças e chantagens do governo estadunidense.

5.1 Afectações ao sector bancário e financeiro (Alguns exemplos):

- **No dia 29 de Junho de 2017**, a sucursal em Zimbabwe do Stanbic Bank (parte do Standard Bank Group, com sede na África do Sul) anunciou o fecho das contas da Embaixada cubana nesse país e o fim das transacções relacionadas com Cuba, devido a instruções dos seus bancos correspondentes Deutsche Bank (Alemanha) e Unicredit Bank (Itália), por motivos relacionados com o bloqueio dos E.U.A. contra Cuba.
- **Em 20 de Julho de 2017**, uma sucursal do banco BNP PARIBAS FORTIS S.A. na Bélgica se negou a emitir um aval bancário que certificasse a actividade comercial normal e a ausência de dívidas, em favor da empresa belga R.I.P.I. SPRL, devido a que seria utilizado para actividades comerciais em Cuba.
- **Em 19 de Setembro de 2017**, o banco holandês ING rejeitou a execução de uma transferência procedente de um cidadão holandês dirigida a uma conta da Associação de Amizade RFA-Cuba que tinha como objectivo ser doada para a recuperação da passagem do furacão Irma por Cuba. O argumento esgrimido pelo banco foi que não executavam transacções que tivessem referência directa ou indirecta a certos países, como Cuba, segundo lo estabelecido pelas regulações da OFAC.
- **Em Novembro de 2017**, a OFAC impôs uma multa de 204 mil 277 dólares à firma financeira American Express Company (Amex) pela violação das leis do bloqueio a Cuba. Esta sanção foi devido a que a companhia belga BCC Corporate S.A. (BCCC), subsidiária de Alpha Card Group, cujo 50 por cento é propriedade de Amex, emitiu cartões de crédito a clientes de Europa, que foram utilizados para realizar compras em Cuba.

- **No dia 28 de Dezembro de 2017**, o banco neozelandês ASB congelou uma transferência em dólares australianos procedente da Embaixada cubana em Nova Zelanda a uma agência de carga vietnamita.
- **Em 6 de Fevereiro de 2018**, a companhia estadunidense Stripe cancelou as contas de todos os seus clientes que tivessem vínculos com Cuba devido às novas medidas adoptadas pelo governo dos E.U.A. contra o nosso país.
- **No dia 13 de Fevereiro de 2018**, o banco neozelandês ASB rejeitou uma transferência procedente de um cidadão desse país a uma agência de viagens, por utilizar a palavra Cuba na referência da transacção. O banco lhe comunicou ao cidadão que, entre as suas regulações, se encontrava a detenção de todas as transacções relacionadas de maneira directa ou indirecta com Cuba.
- **Em 13 de Fevereiro de 2018**, o banco catariano International Bank of Qatar (IBQ) se negou a realizar a transferência de uma cidadã cubana radicada nesse país por motivos relacionados com o bloqueio dos E.U.A. contra Cuba.
- **Em 9 de Março de 2018**, o banco jamaicano First Caribbean International Bank, sucursal em Jamaica do banco canadiano Canadian Imperial Bank of Commerce, obstaculizou a instalação do sistema de cobro por cartões de crédito e débito requerido pela Embaixada de Cuba perante o temor de ser sancionado pela violação das regulações do bloqueio.

5.2 Afectações a entidades cubanas (Alguns exemplos):

- **No dia 11 de Maio de 2017**, a empresa cubana TECNOTEX recebeu uma comunicação da companhia Hyundai Elevadores, onde lhe referiam a impossibilidade de trabalhar directamente com TECNOTEX devido ao bloqueio, visto que dita companhia opera contas bancárias

em bancos que mantêm relações financeiras com bancos estadunidenses.

- **Em 2 de Junho de 2017**, soube-se que a plataforma de aprendizagem online Future Learn (pertencente à instituição pública britânica Universidade Aberta) bloqueou a participação de vários membros da Sociedade Cubana de Anestesiologia e Reanimação, a partir de que Cuba se encontra na lista de países sob sanções do governo dos E.U.A.
- **No dia 21 de Julho de 2017**, uma sucursal em Bélgica da companhia estadunidense Hewlett Packard se negou a vender à empresa belga STUDIOTECH 30 computadores especializados, por estar destinados à conformação de uma estação completa que seria vendida ao Instituto Cubano de Rádio e Televisão.
- **Em 27 de Julho de 2017**, soube-se que uma sucursal em Bélgica do banco BNP PARIBAS FORTIS se negou a realizar tanto o envio de uma remessa a Cuba, como uma transferência a artistas que participaram em uma exposição chamada CUBALAND, por estar ambos os casos relacionados com o nosso país.
- **Em 4 de Janeiro de 2018**, soube-se que o banco sul-africano First National Bank se tinha negado a processar a transacção de um dos seus clientes encaminhada ao escritório de HAVANATUR UK LTD, por estar relacionada com uma entidade incluída na lista de sanções da OFAC.
- **No dia 12 de Fevereiro de 2018**, soube-se que o banco Bradesco do Brasil impediu à empresa brasileira Emporium Cigars realizar operações com as entidades cubanas BICSA e Habanos S.A. por causa das regulações que impõe o bloqueio a Cuba.
- **No dia 19 de Março de 2018**, o banco panamiano Multibank cancelou várias transacções em euros provenientes de companhias estadunidenses, encaminhadas para uma empresa cubana através da sociedade panamiana CCAS.S.A. As transacções correspondentes a

pagamentos de serviços de sobrevoo, foram canceladas devido a que se originaram em um banco estadunidense e estavam dirigidas a Cuba.

- **Em 28 de Março de 2018**, o banco alemão Deutsche Postbank, devido às regulações do bloqueio, rejeitou uma transferência em euros procedente da casa editora alemã 8MAI e dirigida a Granma Internacional.

5.3 Outras Afectações Extraterritoriais (Alguns exemplos):

- **No dia 18 de Setembro de 2017**, a sucursal na França da empresa Forax, comunicou-lhe à Missão cubana perante a UNESCO que cancelaria todos os cartões de combustível vinculadas à Missão, visto que o fornecedor, a companhia anglo-holandesa Royal Dutch Shell, proibia o fornecimento de combustível aos países que, como no caso de Cuba se encontram sob sanções dos E.U.A.
- **Em 28 de Outubro de 2017**, a Embaixada cubana na Austrália informou que os bancos privados australianos Australia and New Zealand Banking Group (ANZ), Commonwealth, Saint George, Bendigo e Westpac, continuaram obstaculizando as transacções relacionadas com Cuba, neste caso, o envio de ajuda solidária após os prejuízos ocasionados pelo furacão Irma.
- **Em 28 de Outubro de 2017,** soube-se que o banco ANZ indicou à agência de viagens neozelandesa World Journeys que suspendesse as suas operações directas ou indirectas com Cuba ou caso contrário lhe seria exigido o fechamento da sua conta corporativa nessa instituição bancária.
- **No dia 27 de Novembro de 2017**, os bancos privados chilenos Banco de Crédito de Investimentos de Chile, Banco Edwards, Banco de Chile, ITAN, BBVA Chile e o governamental Banco Estado se negaram a transferir para Cuba os fundos arrecadados pelo Movimento Chileno de Solidariedade com Cuba para a recuperação

dos danos ocasionados pelo furacão Irma. Estas instituições argumentaram que Cuba se encontrava sujeita às regulações do bloqueio dos E.U.A. e em virtude disso não lhes era permitido realizar essas transacções.

- **Em 18 de agosto de 2017**, soube-se que uma sucursal em Nova Zelanda do banco Westpac deteve temporariamente uma transferência procedente da companhia neozelandesa Havana Coffee Works, destinada ao pagamento de uma aquisição de café em Vanuatu, devido a que o nome da companhia continha a palavra "Havana".
- **Em Fevereiro de 2018**, o Hotel Sheraton Addis, na Etiópia, por indicações recebidas da sua casa matriz nos Estados Unidos, negou a reserva de quartos para uma delegação cubana que visitava o país, sob o pretexto das regulações do bloqueio a Cuba.
- **No dia 27 de Abril de 2018**, a empresa FedEx Express cancelou a conta pertencente à Embaixada de Cuba em Antiga e Barbuda, com o argumento de que esta companhia e as suas subsidiárias internacionais estão sujeitas à lei dos Estados Unidos, pelo que estão impossibilitados de realizar envios a governos sob sanções da OFAC.
- **Em 21 de Maio de 2018**, soube-se que a empresa argentina de pagamentos online Prisma (TUDO PAGAMENTO), retirou os seus serviços à filial da empresa HAVANATUR S.A. na Argentina, alegando que esta entidade está incluída na lista de sanções da OFAC.

6. Rejeição universal ao bloqueio

6.1 Oposição nos Estados Unidos:

Dentro da sociedade estadunidense continuam a crescer e a se diversificar os sectores opostos à absurda política do bloqueio contra Cuba, apesar do interesse do governo actual em fazer recuar os avanços

que se conseguiram nas relações bilaterais a partir de Dezembro de 2014 e até inícios de 2017.

Grupos como Engage Cuba e CubaNow, que têm como objectivo fomentar as relações bilaterais e promover o levantamento do bloqueio, mantiveram o seu trabalho nesse sentido e diversificaram o seu rádio de acção. Além disso, conseguiram manter o seu alcance em vários sectores da sociedade estadunidense como o agrícola, o cultural e o de negócios e, inclusive, trabalharam para conseguir apoio nos ramos executivo e legislativo do governo, tanto a nível federal quanto estadual.

A seguir, são expostos alguns exemplos da oposição ao bloqueio dentro dos Estados Unidos:

- **No dia 6 de Junho de 2017**, o Senado estatal de Michigan adoptou uma resolução para solicitar ao Congresso dos E.U.A. o desenvolvimento e melhoramento das relações comerciais com Cuba.
- **Em 12 de Junho de 2017**, os senadores Amy Klobuchar (D-MN), Chris Murphy (D-CT), Dick Durbin (D-IL), Debbie Stabenow (D-MI), Sheldon Whitehouse (D-RI), Elizabeth Warren (D-MA), Al Franken (D-MN), Brian Schatz (D-HI), Michael Bennet (D-CO), Jon Tester (D-MT), Patrick Leahy (D-VT), Rob Wyden (D-OR), Claire McCaskill (D-MO) e Jeanne Shaheen (D-NH) enviaram uma carta aberta ao então Secretário de Estado, Rex Tillerson, na qual advogaram pela manutenção e a expansão dos vínculos económicos e políticos com Cuba, incluindo a eliminação do bloqueio.
- **No dia 12 de Junho de 2017**, o grupo Engage Cuba e a companhia MorningConsult tornaram públicos os resultados de uma sondagem nacional relacionada com Cuba, a partir da qual se soube que a maioria dos votantes registados como republicanos apoiam o levantamento das restrições comerciais e de viagens a Cuba, assim

como o apoio da maioria dos cidadãos estadunidenses à manutenção das relações bilaterais.

- **Em 20 de Junho de 2017**, o congressista Bobby Rush (D-IL) introduziu na Câmara de Representantes o projecto de lei H.R.2966 para levantar o bloqueio contra Cuba e outros propósitos.
- **No dia 20 de Junho de 2017**, a Universidade Atlântica da Flórida (FAU) tornou públicos os resultados de uma sondagem sobre Cuba realizada nesse Estado, na qual ficou evidenciado que apenas 34 por cento dos residentes na Flórida apoia a nova política de Trump.
- **Em 1 de Agosto de 2017**, o senador Ron Wyden (D-OR) apresentou o projecto de lei para o comércio entre Cuba e os E.U.A. de 2017 (S.1699) com o objectivo de derrogar as sanções contra Cuba e estabelecer relações comerciais normais entre os dois países.
- **No dia 1 de Agosto de 2017**, um grupo bipartidário de líderes políticos e empresariais do estado de Kentucky, chefiados pelo comissário de agricultura do estado, Ryan Quarles, e o empresário Jonathan Blue, lançaram o Conselho Estadual de Engage Cuba em Kentucky. Esta organização se propõe alcançar o levantamento do bloqueio para impulsar as exportações das principais indústrias desse estado, tais como a agricultura e a manufactura.
- **Em 26 de Setembro de 2017**, o presidente da companhia Cuba Cultural Travel, Michael Sykes, e o advogado Dani Pérez, fundaram uma organização chamada Tour Operadores Americanos em Cuba (ATOC, pelas suas siglas em inglês), a que agrupa a mais de 50 companhias estadunidenses envolvidas na indústria do turismo no nosso país.
- **Em 28 de Outubro de 2017**, foi encerrado o IV Encontro de Cubanos Residentes nos E.U.A. em Defesa da Soberania Nacional e Contra o Bloqueio, celebrado na Universidade de Howard em Washington, onde se acordou promover nos concelhos de cidades e legislaturas

locais pronunciamentos favoráveis à normalização das relações com Cuba, pela eliminação do bloqueio e pela liberdade de viagens.

- **No dia 21 de Fevereiro de 2018**, durante uma conferência de imprensa em Havana junto de outros congressistas dos E.U.A. de visita em Cuba, o senador democrata de Oregon, Ron Wyden, mencionou o apoio bipartidário com que conta o levantamento do bloqueio no Congresso dos E.U.A. Outrossim, colocou as suas preocupações sobre o retrocesso do governo de Trump para as políticas da Guerra-Fria.
- **Em 1 de Março de 2018**, uma coligação de 28 tur-operadores e companhias especializadas em viagens educativas a Cuba reclamaram a redução das restrições de viagem dos estadunidenses a Cuba em um comunicado endereçado ao presidente Donald Trump.

6.2 Oposição da comunidade internacional:

Resulta notável o apoio crescente e esmagador da comunidade internacional a Cuba na sua reivindicação do fim do bloqueio. No período que abrange este relatório houve numerosos pronunciamentos a favor do levantamento imediato e incondicional desta política.

Nesse sentido, destacam os seguintes exemplos:

- **Em 13 de Setembro de 2017**, no âmbito do 36º período ordinário de sessões do Conselho de Direitos Humanos, foram denunciados os efeitos negativos do bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba e foi feito um apelo para a sua total eliminação. Nesta ocasião, 24 países em desenvolvimento, para além do Grupo Africano, intervieram no diálogo interactivo com o Relator Especial sobre as repercussões negativas das medidas coercitivas unilaterais no desfrute dos direitos humanos.

- **No dia 14 de Setembro de 2017**, também no contexto do 36º período ordinário de sessões do Conselho de Direitos Humanos, realizou-se o debate bienal sobre as medidas coercitivas unilaterais. Além do Movimento de Países Não Alinhados, o Grupo Africano, o Grupo de Estados Árabes, a Organização para a Cooperação Islâmica e Cuba, em nome de um grupo de países, intervieram outros 15 países em desenvolvimento. Participaram como painelistas o Relator Especial sobre as repercussões negativas das medidas coercitivas unilaterais no desfrute dos direitos humanos, o Perito Independente sobre a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa, um membro do Comité Assessor do Conselho de Direitos Humanos, entre outros.
- **Em 22 de Setembro de 2017**, os Ministros de Relações Exteriores do Grupo dos 77 mais China na sua Declaração Ministerial rejeitaram, mais uma vez, a aplicação do bloqueio contra Cuba e a imposição de medidas coercitivas unilaterais contra países em desenvolvimento. O texto foi adoptado na 41 reunião Ministerial do Grupo, realizada no quadro do 72 período de sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova Iorque.
- **Em Setembro de 2017**, durante o debate geral correspondente ao 72 período de sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas, 37 chefes de delegações se pronunciaram a favor do levantamento do bloqueio.
- **No dia 1 de Novembro de 2017**, a Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou, por vigésimo sexta ocasião consecutiva, a resolução titulada "Necessidade de pôr término ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba", contando com 191 votos a favor e apenas 2 votos em contra, os dos Estados Unidos e Israel.
- **No debate sobre a resolução**, participaram 41 oradores de todas as regiões do planeta, que solicitaram o levantamento imediato do bloqueio. Entre eles, destacaram 7 representantes de grupos de

concertação e organizações regionais e sub-regionais, a saber: o Grupo dos 77 mais China, o Movimento de Países Não Alinhados, a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos, a Comunidade das Caraíbas, o Grupo Africano, a Organização da Cooperação Islâmica e a Associação de Nações do Sudeste Asiático.



ANO	A FAVOR	EM CONTRA	ABSTENÇÕES
1992	59	3	71
1993	88	4	57
1994	101	2	48
1995	117	3	38
1996	137	3	25
1997	143	3	17
1998	157	2	12
1999	155	2	8
2000	167	3	4
2001	167	3	3
2002	173	3	4
2003	179	3	2
2004	179	4	1
2005	182	4	1
2006	183	4	1
2007	184	4	1
2008	185	3	2
2009	187	3	2
2010	187	2	3
2011	186	2	3
2012	188	3	2
2013	188	2	3
2014	188	2	3
2015	191	2	0
2016	191	0	2
2017	191	2	0

- **Em 29 de Novembro de 2017**, o Conselho do Sistema Económico Latino-americano (SELA), reunido em sessão ministerial na cidade de Caracas, aprovou a Declaração “Fim do Bloqueio Económico, Comercial e Financeiro dos Estados Unidos contra Cuba”, em que se solicita ao governo dos Estados Unidos que cumpra com o disposto nas sucessivas resoluções da Assembleia-Geral das Nações Unidas, e em tal sentido, ponha término ao bloqueio económico, comercial e financeiro que mantém o seu governo contra Cuba.
- A edição 106 do Conselho de Ministros do Grupo de Países de África, Caraíbas e Pacífico, reunido em Bruxelas, Bélgica, de 5 a 6 de Dezembro de 2017, aprovou uma declaração em contra do bloqueio imposto contra Cuba, na qual se reitera a condenação a essa política estadunidense e se expressa a preocupação pelos retrocessos em torno às relações bilaterais entre Cuba e os E.U.A.
- **No dia 30 de Janeiro de 2018**, a XXX Cimeira de Chefes de Estado e Governo da União Africana adoptou a "Resolução sobre o levantamento do bloqueio económico, comercial e financeiro imposto a Cuba pelos Estados Unidos da América". O documento conclui com a reafirmação da solidariedade dos 55 Estados membros da União Africana com Cuba.
- Durante a XVIII Reunião Ministerial Inter-Cimeiras do Movimento de Países Não Alinhados, celebrada de 3 a 6 de Abril de 2018, em Bacu, República de Azerbaijão, vários chefes de delegações se pronunciaram em contra do bloqueio a Cuba e foi reiterada a forte denúncia a esta política no Documento Final adoptado.

No período analisado, o sítio web ***CUBA VS BLOQUEIO*** registou mais de 200 declarações e denúncias contra o bloqueio por parte de movimentos de solidariedade, parlamentos e grupos parlamentares, cientistas eminentes, activistas, associações de amizade e de cubanos residentes no exterior, organizações não-governamentais e governos locais, federais e nacionais de diversas latitudes, todos os quais se

somam à rejeição unânime que o bloqueio contra Cuba provoca. A seguir, ressaltamos alguns exemplos:

- **No dia 11 de Julho de 2017**, no contexto da Vigésimo Oitava edição da Caravana de Amizade E.U.A.-Cuba, os Pastores pela Paz desafiaram, novamente, o bloqueio imoral dos E.U.A. contra Cuba. Os membros da caravana, viajaram a Cuba sem permissão do Departamento do Tesouro a risco de receber sanções e multas, e exigiram que não apenas se mantivessem os avanços alcançados na etapa anterior, mas que se terminasse a proibição de que os cidadãos estadunidenses não possam viajar livremente a Cuba.
- **Em 15 de Setembro de 2017**, a Igreja Baptista "O Calvário", de Washington DC, foi o cenário de uma palestra sobre o impacto da política de bloqueio contra Cuba no sector da saúde. Nesse evento, estiveram presentes os coros clamando "Cuba sim, bloqueio não" e "Viva Cuba", como demanda também da sociedade estadunidense para pôr término ao bloqueio imposto contra a Ilha.
- **Em 6 de Outubro de 2017**, o Senador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Roberto Requião, qualificou a política de Donald Trump para com Cuba como uma parvoíce irracional. O Senador, em declarações a Prensa Latina, expressou que Trump criou uma teoria absolutamente irreal sobre supostos ataques acústicos ao pessoal da Embaixada dos Estados Unidos em Cuba, que carece de sentido.
- **No dia 9 de Outubro de 2017**, o cosmonauta russo, Herói da Federação de Rússia e deputado da Duma Estatal da Assembleia Federal, Román Romanenko, emitiu uma Declaração através da qual exigiu o fim do bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos contra Cuba há mais de meio século. Romanenko recordou o apelo realizado pela Duma Estatal na sua sessão plenária, dirigido à Assembleia-Geral das Nações Unidas, aos parlamentos dos Estados membros da ONU e às organizações

parlamentárias internacionais, sobre a necessidade de pôr término a esta política fracassada que ainda persiste e prejudica o povo cubano.

- **Em 12 de Outubro de 2017**, no âmbito do IV Encontro da Juventude Trabalhadora da Federação Sindical Mundial do Cone Sul, que teve por sede Argentina, e perante a presença de mais de 450 delegados de 8 países, a Federação Sindical Mundial adoptou uma resolução em que é condenado o injusto bloqueio económico, comercial e financeiro.
- **No dia 22 de Outubro de 2017**, a Prémio Nobel da Paz, Rigoberta Menchú, expressou o seu apoio ao fim do bloqueio que os Estados Unidos mantêm sobre a Ilha, que qualifica, segundo as suas próprias palavras, como um acto de genocídio.
- **Em 1 de Novembro de 2017**, horas antes da votação histórica na Assembleia-Geral das Nações Unidas contra o bloqueio, o Parlamento da Jamaica aprovou de maneira unânime uma moção que condena à obsoleta política que afecta de maneira considerável ao povo de Cuba. A moção, aprovada por nono ano consecutivo pelos legisladores jamaicanos, refere que esta política "continua a ser o principal entrave para o desenvolvimento social e económico de Cuba".
- **Em 3 de Novembro de 2017**, o Prémio Nobel de Física e deputado da Duma Estatal da Federação de Rússia, Zhorés Alfiórov, emitiu uma Declaração dirigida à Assembleia-Geral e aos parlamentos dos Estados membros das Nações Unidas, sobre a necessidade de eliminar o bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos contra Cuba.
- **Em 16 Março de 2018**, os movimentos sociais e sindicais presentes no XIII Foro Social Mundial de Salvador de Bahia, Brasil, exigiram o cessar do bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos contra Cuba há mais de cinco décadas.

- **No dia 14 de Abril de 2018**, o presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morais Ayma, condenou "as sanções unilaterais e as ameaças de invasão realizadas pelo governo dos Estados Unidos contra Venezuela" e demandou o levantamento incondicional do bloqueio contra Cuba, no seu discurso perante a Cimeira das Américas.

Conclusões

Desde Abril de 2017 até Março de 2018, o bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelo governo dos Estados Unidos contra Cuba se tem agravado e aplicado com estrito rigor. Esta política continua a ser o principal obstáculo para o desenvolvimento da economia cubana e o pleno desfrute de todos os direitos humanos do povo de Cuba, constituindo um grave desafio para a implementação da Agenda 2030 e os seus Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

O recrudescimento da aplicação extraterritorial do bloqueio tem desatado uma irracional perseguição das transacções comerciais e financeiras cubanas, com represálias contra empresários e entidades bancárias e financeiras que tenham vínculos com Cuba. O permanente acosso a comerciantes e as ameaças e sanções a investidores estrangeiros, reflectem o desprezo das autoridades dos Estados Unidos ao direito internacional e aos atributos de soberania de outros países do mundo.

Os danos acumulados pelo bloqueio durante quase seis décadas da sua aplicação atingem a cifra de **933 mil 678 milhões dólares**, tendo em conta a depreciação do dólar face ao valor do ouro no mercado internacional. A preços correntes, o bloqueio tem provocado prejuízos quantificáveis por mais de **134 mil 499 milhões 800 mil dólares**.

No período analisado, o bloqueio tem causado perdas a Cuba na ordem dos **4 mil 321 milhões 200 mil dólares**.

As regulações e disposições adoptadas pelos Departamentos do Tesouro, do Estado e do Comércio dos Estados Unidos em Novembro de 2017 para pôr em prática a política de recrudescimento do bloqueio anunciada em Junho de 2017 pelo presidente Trump, restringiram ainda mais o direito dos estadunidenses de viajar ao país e impuseram empecilhos adicionais às limitadas oportunidades do sector empresarial dos E.U.A. de comerciar com Cuba.

O recrudescimento do bloqueio financeiro e bancário, de carácter eminentemente extraterritorial, constitui um assédio e perseguição permanente aos activos financeiros cubanos no exterior e um obstáculo crescente para o estabelecimento de relações normais do sistema bancário cubano com as suas contrapartes estrangeiras, o que tem causado graves danos à economia do país, em particular, às actividades comerciais das empresas e dos bancos nacionais nos seus vínculos com a banca internacional.

O bloqueio viola o direito internacional. É contrário aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas. Constitui uma transgressão ao direito à paz, ao desenvolvimento e à livre determinação de um Estado soberano. É, na sua essência e nos seus objectivos, um acto de agressão unilateral e uma ameaça permanente contra a estabilidade de um país. Viola também os direitos constitucionais do povo estadunidense, ao quebrantar a sua liberdade de viajar a Cuba. Transgride, também, os direitos soberanos de muitos outros Estados pelo seu carácter extraterritorial.

O governo dos Estados Unidos deve eliminar totalmente o bloqueio a Cuba de forma unilateral e incondicional. Isso estaria em consonância com o esmagador reclamo da comunidade internacional e com a opinião amplamente maioritária de muitas e variadas vozes que, dentro dos Estados Unidos, pedem o cessar desta injusta política.

Cuba e o seu povo confiam em que continuarão contando com o apoio da comunidade internacional no seu legítimo reclamo de pôr término ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelo governo dos Estados Unidos da América.